



Câmara Municipal  
de Oeiras

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE FEVEREIRO DE 2024**

**ATA NÚMERO TRÊS/DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

**ÍNDICE**

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**

**2- PROPOSTA N.º. 52/24 - DOT - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS (PPNC)**

**3 - PROPOSTA N.º. 53/24 - DOT - ENVIO DO PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO E ENVIO À CCDR-LVT DA “ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA REN NA ÁREA DO PPNC” PARA APROVAÇÃO**

**4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal  
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE FEVEREIRO DE 2024-----

----- ATA NÚMERO TRÊS/DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto e Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo.-----

----- Faltou a Senhora Vereadora Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo.-----

**2- PROPOSTA N.º. 52/24 - DOT - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS (PPNC):**-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de mais, é com enorme apreensão e perplexidade que vemos no documento, no relatório de ponderação, anexo a esta proposta, omissão da participação na consulta pública da

CCDR. No quadro um, de participações recebidas dentro do período de discussão pública vemos que da oitava participação, passa para a décima participação. Falta aqui a nona participação, o que nos parece de uma grande gravidade, dado ser uma participação muito importante, a da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.-----

-----Tivemos acesso a esta participação, à nona participação, essa participação, que depois lerei alguns excertos, dá conta de uma série de dúvidas e questões que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional coloca.-----

-----Esta participação da CCDR encontra-se no “link” a que se acede através da proposta de deliberação número cinquenta e três, da próxima proposta que vamos aqui discutir e votar, surge, então, uma versão deste documento, com o anexo A diferente desta que aqui está, o que nos parece, também, bastante grave. -----

-----Portanto, temos dois relatórios de ponderação, praticamente iguais, mas num, no quadro um, não temos a participação número nove e depois não há a participação da CCDR, no outro relatório, temos o número nove e a participação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. -----

-----Nessa participação, que lemos na íntegra, a CCDR afirma que, no quadro de execução do plano e a sua articulação com o desenvolvimento e publicação da Reserva Ecológica Nacional - REN, impõe-se referir que a redação do número dois, do artigo trigésimo segundo, não vem ao encontro da reflexão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo transmitida à Câmara Municipal de Oeiras nos vários momentos de concertação, em particular na comunicação de maio de dois mil e vinte e três, revelando-se inadequada nos termos do próprio regime legal da Reserva Ecológica Nacional - REN e da sua articulação com o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial. -----

-----Nota a CCDR “(...) Relembramos e reforçamos o transmitido em maio de dois mil e vinte e três, o plano tem de acautelar em regulamento que as ações previstas nas áreas da REN



Câmara Municipal  
de Oeiras

constantes da planta de condicionantes só podem ser implementadas depois de publicar a nova carta municipal (...). -----

----- Sublinha ainda a CCDR “(...) A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDR-LVT articulou e transmitiu à Câmara em maio de dois mil e vinte e três que, em respeito pelos princípios de equidade territorial na aplicação das metodologias, critérios técnicos e legais, devia ser desenvolvido e instruído um procedimento de limitação para a totalidade do Município relativamente à tipologia ‘áreas de instabilidade de vertentes’, de acordo com os termos utilizados para a área de intervenção do plano.-----

----- Esse procedimento seria aproveitado para incluir e correção do traçado do curso de água e as exclusões justificadas na proposta de Ordenamento do plano. Verifica-se que os documentos colocados em discussão pública não correspondem a esse enquadramento, nem em termos de conteúdo, nem instrutórios / procedimento (...). -----

----- Sublinha, também, a CCDR “(...) Importa referir que no documento ‘Plano de Pormenor Norte de Caxias - proposta de alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional - correções e exclusões’, constam afirmações de posicionamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDR-LVT sobre a delimitação das escarpas e outras áreas de suscetibilidade geológica que não refletem o transmitido nos vários momentos do procedimento (...)”. Diz também que “(...) ao contrário do referido no regulamento, a planta de implantação é única e não se encontra desdobrada em planta de áreas verdes e de utilização coletiva. (...)”-----

----- Além de tudo isto, que é grave, há uma questão prévia que, para nós, é essencial e que discutiremos no âmbito da discussão da próxima proposta, a número cinquenta e três e que tem a ver, precisamente, com a classificação dos solos como urbanos na última alteração do PDM.” ---- -----

----- Seguidamente, explanou a **arquiteta Vera Freire**: -----

-----“Como se lembram na última reunião, houve aí um lapso de carregamento do relatório da ponderação nesta proposta, motivo deste adiamento.-----

-----O relatório de ponderação que é o final, que teve todas as propostas ponderadas, consta da proposta final do plano.-----

-----Eu não abri o “link” que está nessa proposta que estamos a votar agora e não verifiquei se este relatório está carregado neste “link” que, pelos vistos a Senhora Vereadora descarregou e imprimiu não contém a participação número nove, porque não é a versão final do relatório, foi mal carregado e se isso for assim tenho de assumir a responsabilidade.-----

-----O relatório final da ponderação não pretende ocultar nada, tanto que consta do processo de aprovação do plano.-----

-----A ponderação da CCDR está feita neste relatório de respostas, como já tiveram acesso ao relatório que está na proposta seguinte e em relação à delimitação da REN, à alteração da delimitação da REN desta tipologia no Município foi recomendação da CCDR que nós o fizéssemos, ele não tem que acompanhar este procedimento da alteração da delimitação do Plano Norte de Caxias, é um procedimento que decorre em paralelo, está concluído e vai ser neste momento submetido, quer dizer, virá à Câmara para vosso conhecimento e vai ser submetido à CCDR, tal como sugestão dessa mesma entidade.”-----

-----Interveio o **Senhor Presidente:**-----

-----“Posteriormente à posição da CCDR veio o parecer relativamente à Reserva Ecológica Nacional?”-----

-----Respondeu a **arquiteta Vera Freire:**-----

-----“Não, a CCDR deu todos os pareceres que tinha de dar no momento certo, mas resolveu também participar na discussão pública, como, aliás, é procedimento habitual da CCDR agora em todos os procedimentos, participou como qualquer cidadão participa na fase de discussão pública.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Nesta participação que resolveu remeter à Câmara em sede de discussão pública, fez uma síntese daquilo que já tinha dito nos outros pareceres todos para trás, que a Câmara atendeu e concertou com eles a metodologia que iria adotar para fazer esta alteração da delimitação da REN ao nível do Município, que foi o que eles nos pediram para fazer em simultâneo.”-----

----- Volveu o **Senhor Presidente:** -----

----- “O que se aplica aqui vai-se aplicar ao nível de todo o Município, por sugestão deles?” -----

----- Clarificou a **arquiteta Vera Freire:**-----

----- “Tal e qual, por sugestão deles e por reconhecimento que realmente havia uma delimitação por excesso nesta tipologia, absolutamente desnecessária, tanto que nos disseram que a planta que corresponde à REN final do Plano Norte de Caxias deve corresponder a um excerto da REN municipal e foi exatamente isso que fizemos e foi por isso que contratámos de imediato, a seguir o parecer da CCDR, o procedimento alteração desta tipologia para o Município todo, que já está concluído, já está entregue, o relatório está feito, estamos a elaborar a proposta de deliberação para trazer à Câmara.” -----

----- Questionou o **Senhor Presidente:** -----

----- “Mas a questão de constar ou não constar nesta proposta?”-----

----- Esclareceu a **arquiteta Vera Freire:** -----

----- “A questão de constar ou não constar, tem a ver com o facto de isto ter sido carregado depois, naquele dia da última reunião de Câmara e, provavelmente, este relatório foi carregado numa versão anterior à final, mas que está carregado na proposta seguinte que é de aprovação do plano, portanto, não há nenhuma intenção de ocultar nada.” -----

----- Disse o **Senhor Presidente:** -----

----- “São duas propostas dependentes uma da outra, não está na primeira, está na segunda?” -----

-----Prosseguiu a **arquiteta Vera Freire**:-----

-----“Isto é uma circunstância que aconteceu, portanto, não está na primeira, está na segunda.”-- -----

-----Seguidamente interveio a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**:-----

-----“Claro que nós damos por correto as informações dos Serviços e o que nós temos a dizer relativamente a esta proposta que aqui vem, é que esta nova urbanização prevê a criação de uma área de uso predominantemente empresarial, equilibrada com a criação de oferta de uso habitacional, comercial, de serviços e equipamentos de utilização coletiva, um programa público de habitação municipal onde se prevê a construção de cerca de sessenta fogos de renda acessível, o que se enquadra na proposta desenvolvimento de medidas de planeamento e ordenamento que permitam atingir a cidade dos quinze minutos, bem como o desenvolvimento de uma política de apoio e fomento à instalação de empresas de elevado valor acrescentado, algo que o Partido Socialista tem defendido e apresentou, inclusivamente, no seu programa eleitoral. -----

-----Previa-se que esta área fosse servida pelo novo acesso à A Cinco e, de facto, essa foi uma questão que nos preocupou, tendo em conta a sobrecarga que pode causar nos acessos existentes, no entanto, apesar desse parecer negativo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT, para a solução que se previa, sabemos que, e foi-nos dada essa garantia pelos Serviços, está a ser trabalhada uma solução em conjunto com as entidades envolvidas, uma solução alternativa de aumento de capacidade de escoamento de tráfego na Portagem do Nó de Oeiras, o que poderá minimizar esta preocupação que nós tínhamos relativamente à sobrecarga de tráfego.- -----

-----Além disso, prevê também três novas paragens de autocarro, uma rede própria de ciclovias e percursos pedonais com ligação em circuito partilhado à estação de Paço de Arcos, ligação à Circular Regional Exterior de Lisboa - CREL através da Via Longitudinal Sul - VLS, o que consideramos bastante positivo. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Relativamente à alteração da REN, já foram aqui dadas as explicações, são esclarecedoras no nosso entender e aguardamos, então, que venha a proposta de deliberação que vai normalizar toda esta situação.-----

----- Do ponto de vista ambiental, e tendo em conta que o Partido Socialista tem a responsabilidade de elaboração do Plano de Ação de Energia e Clima, salientamos a proposta de uma rede de espaços verdes que promove a diversidade e o valor ecológico da paisagem, integrando e assegurando também as áreas vitais enquanto corredores que serão integrados na estrutura ecológica e que representam setenta por cento acima do que é recomendado para funções complementares de fruição da população de equilíbrio ecológico e permeabilidade dos solos. -----

----- Salientamos, também, como ponto positivo, que o plano esteja construído de acordo com os princípios de sustentabilidade e valorização de recursos naturais e paisagísticos, com a implementação de um processo de avaliação de sustentabilidade em fase do plano. -----

----- Ainda na área da sustentabilidade, também destacamos a avaliação efetuada pelo sistema LiderA, sistema de avaliação de sustentabilidade, que é um sistema voluntário português de avaliação e certificação de sustentabilidade dos ambientes construídos, que vai estar associado ao Plano de Pormenor Norte de Caxias que conclui que o presente plano dispõe de elevado desempenho na procura de sustentabilidade inserindo-o na classe A Mais, ou seja, apresenta uma melhoria face à prática, pelo menos quatro vezes superior.-----

----- Portanto, fundamentalmente, são estas as premissas que fazem o Partido Socialista votar favoravelmente esta proposta.”-----

----- Retorquiu a **arquiteta Vera Freire:** -----

----- “Acabei de confirmar aqui com o Apoio aos Órgãos Municipais e a proposta de deliberação tem carregado o relatório de participação pública com a proposta da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional - CCDR e tem a própria participação lá nos anexos,

acabámos de confirmar agora.” -----

-----Volveu a **Senhora Vereadora Carla Castelo:** -----

-----“Peço desculpa, mas isso não é verdade.-----

-----Ainda agora antes de vir para aqui confirmei e aquilo que tenho aqui é aquilo que está no anexo a esta proposta, na cinquenta e dois, no anexo a esta proposta cinquenta e dois está um documento, que é um documento que não está conforme, é um documento que oculta, oculta a participação da CCDR, passa da oitava para a décima. -----

-----E se foi agora posto, foi neste momento, peço desculpa, mas, no Salão Nobre, está este documento e não o “link”, na proposta seguinte, na cinquenta e três, está, mas veja o que é que está, é isto.”-----

-----Prosseguiu o **Senhor Presidente:**-----

-----“É importante que a arquiteta Vera Freire esclareça bem a questão, porque já está no Expresso, a Câmara ainda não decidiu nada e já está no Expresso que, e passo a ler:-----

-----“A Câmara de Oeiras oculta parecer da autoridade regional em processo de consulta pública sobre o novo empreendimento imobiliário. -----

-----Um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (...), estão a ver como é que isto funciona “(...) que alerta, entre outras coisas, para o facto da Câmara Municipal de Oeiras não seguir as recomendações apresentadas sobre as alterações do regime da Reserva Ecológica Nacional (REN) - foi retirado de um dos dois dossiês colocados em consulta pública online. Isaltino Morais recusa esclarecer porquê.”, ninguém perguntou nada sobre isto! Isaltino Morais recusa esclarecer porquê, mas até agora ninguém me perguntou nada! -----

-----Portanto, está ou não está, arquiteta lá isso devidamente?” -----

----- Anuiu a **arquiteta Vera Freire:**-----

-----“Está.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Então, reafirmar três vezes.” -----

----- Prosseguiu a **arquiteta Vera Freire**: -----

----- “Estamos a consultar o Salão Nobre Digital, estamos com o Salão Nobre Digital aberto, que é aquilo que toda a gente tem acesso e está lá.” -----

----- Retorquiu a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Eu lamento, mas eu estou a ver e não está. O que está é o relatório de ponderação que não tem o número nove.” -----

----- Continuou a **arquiteta Vera Freire**: -----

----- “Aqui o que me estão a mostrar os colegas do Apoio aos Órgãos, é um documento que está corretamente carregado. Eu não sei o que é que os Vereadores têm acesso, portanto, não sei se o que a Senhora Vereadora está a consultar é diferente daquilo que está aqui.” -----

----- Interveio o **Senhor Presidente**: -----

----- “Vejam bem a pouca vergonha, passo a ler: “Questionado pelo Expresso sobre este facto, o presidente da Câmara Municipal de Oeiras (CMO), Isaltino Morais, recusou dar qualquer esclarecimento. -----

----- Esta omissão é vista ‘com enorme preocupação e perplexidade’ pelo grupo político Evoluir Oeiras, liderado por Carla Castelo. A vereadora sem pelouro considera ‘grave’ esta situação e insta o executivo municipal a ‘esclarecer cabalmente o que procurou esconder’, lembrando que ‘a CCDR LVT desmente a Câmara numa série de questões’. Algumas delas são razões para o Evoluir Oeiras votar contra o plano de pormenor em causa. ‘Estamos perante uma expansão do solo urbano que interfere na coesão territorial, que fomenta mais tráfego automóvel, que agrava a compactação dos solos e a alteração do escoamento pluvial, e que assenta num pressuposto que não se verifica: o consenso com a CCDR’, argumenta Carla Castelo. -----

----- Consultando o documento da autoridade em ordenamento do território lê-se: ‘No

quadro da execução do plano e sua articulação com o desenvolvimento e publicação da REN [Reserva Ecológica Nacional], impõe-se referir que a redação do número dois, do artigo trigésimo segundo (...)", portanto, aquilo que a Senhora Vereadora acabou de ler, "(...) não vem ao encontro da reflexão da CCDRLVT transmitida à CMO nos vários momentos de concertação, em particular na comunicação de maio de dois mil e vinte e três, revelando-se inadequada aos termos do próprio regime legal da REN e da sua articulação com o RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.)' -----

-----Em dois mil e vinte e dois, a CMO converteu dezasseis terrenos 'urbanizáveis' em 'urbanos' e inscreveu-os como tal no PDM sem o acordo da CCDR, que num parecer considerou que seis destes (entre os quais o que está aqui em causa) deviam passar a rústicos. Questionado sobre a posição desta autoridade em ordenamento do território, Isaltino respondeu há um ano, numa entrevista dada ao Expresso, que 'quem gere o território é o Município'. Argumentou então: 'Não faltava mais nada um burocrata qualquer da CCDR vir dizer-nos, aos eleitos, o que temos de fazer'. -----

-----Risco de Instabilidade-----

-----No parecer de dois mil e vinte e três da CCDR, omissa da documentação colocada em consulta pública, esta autoridade relembra à Câmara que 'o Plano tem de acautelar em regulamento que as ações previstas nas áreas da REN constantes da Planta de Condicionantes só podem ser implementadas depois de publicada a nova carta municipal'. E que, 'antes do envio do documento para discussão pública, importa uma verificação conjunta entre a CMO e a CCDR-LVT, desta redação'. -----

-----Também lembra que é necessário 'respeito pelos princípios de equidade territorial na aplicação dos critérios técnicos e legais (...)', aquilo que a Senhora Vereadora acabou de ler aqui "(...) para delimitar a REN nas áreas de instabilidade de vertentes, como escarpas, ou na correção do traçado do curso de água (ribeiras). Nos documentos colocados em discussão pública



Câmara Municipal  
de Oeiras

não consta este enquadramento e surgem afirmações que não refletem o transmitido pela CCDR-LVT sobre a delimitação das escarpas e outras áreas de suscetibilidade geológica enquadradas na REN. -----

----- O plano prevê reduzir a área classificada como REN a metade, apagando do mapa linhas de água, o que levanta riscos de instabilidade/ aluimentos de terras e de inundações potenciados pela construção/ impermeabilização de solos. (...)”-----

----- Como já foi esclarecido aqui à saciedade, não há nenhuma linha de água, a linha de água desapareceu quando foi construída a A Cinco e, portanto, agora só se for uma linha de água aérea. Bom, já foi esclarecido aqui muitas vezes. -----

----- “(...) Em resposta às críticas, no relatório de ponderação das participações, a CMO argumenta que ‘cerca de oitenta por cento da área de intervenção do PPNC foi afetada por décadas de atividade de extração de pedra que alterou profundamente a morfologia do terreno e a sua geologia’ e que, por isso, ‘a pertinência da manutenção das tipologias REN nestas áreas deixou de fazer sentido’. O município alega terem sido feitos estudos sobre a ‘reavaliação das escarpas’ e ‘o impacto do plano no escoamento de águas e correção da linha de água’. -----

----- Municípes contestam -----

----- Muitos dos cidadãos e organizações da sociedade civil que se manifestaram na consulta pública estão contra este plano de pormenor. De acordo com o relatório de ponderação das sessenta participações, a maioria considera que ‘as desafetações propostas de áreas de REN, a ocupação dos prédios nessas áreas, junto de linhas de água, e a impermeabilização do solo com edificações e estradas não constituem uma ‘requalificação’ do território de Oeiras’, como defende o município gerido por Isaltino Morais. -----

----- O plano de pormenor prevê um empreendimento que inclui dezasseis prédios, seiscentos novos fogos e três mil e setecentos lugares de estacionamento superficial numa área de quarenta e dois hectares, a Norte de Paço de Arcos e de Caxias, limitado pela A Cinco a norte,

pela Rua Calvet de Magalhães a sul.-----

-----Estão previstos edifícios de habitação de oito a dezasseis pisos, o que é considerado ‘totalmente desproporcional’ por moradores. Alertam também para as dificuldades de escoamento de tráfego no Concelho. A Câmara diz que o regulamento do PDM ‘não fixa cêrceas’, dando azo ao surgimento de torres numa zona caracterizada por edifícios de dois a sete pisos.-----

-----A habitação corresponde a trinta e oito por cento do edificado previsto e as atividades económicas a sessenta e dois por cento. A CMO diz existirem ‘carências de espaços de habitação e serviços’. Mas numa reunião de esclarecimento público, realizada em Caxias a vinte e cinco de janeiro, Isaltino Morais assumiu que tem ainda ‘cinquenta por cento dos terrenos do Tagus Parque por ocupar’-----

-----Como veem, estamos em reunião, ainda nem votámos e o Expresso já publica isto tudo.-----

-----O Presidente não recusou responder, dissemos à jornalista Carla Tomás, que o Presidente teria todo o gosto em responder se aceitasse o convite para ir ver os plátanos na Dionísio Matias. Pois, estão a ver, eu não recusei responder, eu disse que respondia a tudo, mas tinha que ir ver os plátanos na Dionísio Matias, que, há três anos, quando foram podados, o mesmo Expresso, a mesma jornalista, disse que os plátanos iam todos morrer, porque se estava a fazer uma poda de talão, uma poda radical.-----

-----Os plátanos hoje estão lindíssimos, redondinhos, fantásticos, mas ela não quer ir ver, aliás, ela vê, diz que mora lá na Praceta, ao que parece até mora lá na Praceta Dionísio Matias, mas Senhoras e Senhores Vereadores, eu julgo que este texto hoje no Expresso, no momento em que estamos aqui a discutir as afirmações da Senhora Vereadora Carla Castelo denotam, realmente o estilo de oposição. -----

-----O Chega populista? O Chega é que é populista? Bom, temos aqui quem consegue



Câmara Municipal  
de Oeiras

ultrapassar o Chega em populismo.” -----

----- Seguidamente usou da palavra o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “Eu queria só dar duas ou três notas, a primeira delas é para ninguém ficar ofendido com o que aconteceu aqui hoje e pedir desculpa em nome do Executivo Municipal aos funcionários e aos dirigentes que intervieram neste processo e dizer-vos que é com isto que podem contar.-----

----- Naturalmente que quem ocupa estas funções está sempre à espera de um juízo de suspeição levantado por algumas forças políticas e por quem faz política de determinadas formas.

----- O que nós vimos aqui foi o explicar dessa forma de fazer política. -----

----- Enviar os artigos para os amigos ou antigos colegas de trabalho antes. Os artigos são publicados no órgão de comunicação onde trabalhámos antes, ou onde temos afiliados e, naturalmente, não há pudor nenhum, nenhum, em levantar o juízo suspensão sobre a Chefe de Divisão, sobre o Apoio aos Órgãos, sobre todos vós, não basta nós, vocês também, todos vocês estão ao serviço de um qualquer sistema corrupto de aprovação deste empreendimento, portanto, é com isto que todos nós podemos contar. -----

----- Há um lado muito positivo para tirarmos disto. Sempre que alguém se mostra sem máscara é bom para todos, percebemos com o que podemos contar, é com isto.” -----

----- Interveio a **Senhora Vereadora Susana Duarte**: -----

----- “Uma nota inicial, porque estava aqui a consultar, é o bom de ter trazido o portátil, realmente, no anexo seis não está, mas, pelo que parece, eu acho que está no cinco. Não está na grelha, mas do que eu vejo e confirmei agora aqui, está o “email” com a informação da CCDR, portanto, aquilo que me parece essencial, está cá, até porque eu lembrava-me de ter lido, portanto, estava a ver onde é que tinha visto, eu realmente, pelo menos, o PSD viu as duas propostas em conjunto, portanto, vimos os vários documentos dos anexos e dos “links” e tudo, em consonância e ao mesmo tempo, portanto, não notámos essa discrepância depois no todo.-----

-----Fora isso, a nossa intervenção relativamente àquilo que também já vínhamos a dizer na anterior reunião e que nos faz sentido dar aqui a nota, o PSD destaca as cinquenta e nove participações apresentadas, assim como a apresentação feita no Palácio Flor da Murta, que revelam a importância destes debates abertos à comunidade e à participação cívica. -----

-----Este Plano dedica cerca de setenta por cento da sua área de intervenção a espaços verdes, com vinte e seis hectares de área verde permeável prevista, assim como a mistura de várias tipologias de uso, mostrando uma evolução relativamente aos parques empresariais de primeira geração, agregando no mesmo projeto, espaços de trabalho, habitação pública e privada, equipamentos e espaços de lazer, evitando deste modo que os parques empresariais fiquem desertos após o horário laboral, dando uma continuidade da vivência destes parques empresariais.

-----Tendo igualmente em conta que a área do plano em questão insere-se no eixo de desenvolvimento estratégico de vocação empresarial - Eixo Estratégico da “Via Longitudinal Sul”, prevendo a criação de condições para a instalação de atividades económicas, nomeadamente de empresas com forte potencial de inovação tecnológica que o PSD sempre defendeu para Oeiras. -----

-----Contudo, o PSD reforça as suas preocupações e alertas deixados aquando da abertura da discussão pública que são também as preocupações dos munícipes. -----

-----O primeiro alerta é para o facto de a entrada direta para a A Cinco ter sido suprimida neste plano, por imposição do IMT e Brisa, apesar da proposta da CMO, que poderá ser um transtorno para a mobilidade nesta zona, uma vez que a entrada para A Cinco passará a ser feita pelo Nó de Oeiras e pelo Nó do Estádio, que continua incompleto e com problemas de escoamento de tráfego, e que caso não seja executado em sintonia com execução deste plano irá causar dificuldades acrescidas nesta zona. -----

-----O segundo alerta é a necessidade de aproveitar esta fase do plano para assegurar que serão criadas vias dedicadas para transportes coletivos de forma a promover a sua utilização de



Câmara Municipal  
de Oeiras

forma ordenada e segura.-----

----- Nestes pontos, os Serviços nos esclarecimentos apresentados em reunião de Câmara, deram-nos garantias que o Município irá desenvolver ações de forma a minimizar estes constrangimentos e garantir vias dedicadas para transportes coletivos.-----

----- Sendo para a análise deste projeto relevante a informação de que o mesmo foi inserido na Classe A Mais na certificação LiderA, revelando que este plano tem um elevado desempenho na procura da sustentabilidade, destacando que estas dimensões serão monitorizadas no prazo de implementação do plano, de forma a garantir elevados níveis de sustentabilidade do mesmo.-----

----- O que revela a importância dos indicadores ambientais e de sustentabilidade no estudo e na execução deste plano e na criação de cidade mais concretamente na criação dos parques empresariais de nova geração que o PSD valoriza.”-----

----- Prosseguiu o **Senhor Presidente**:-----

----- “Eu só tinha uma pergunta a fazer à arquiteta Vera Freire.-----

----- Qual é a área de intervenção do plano?-----

----- Quantos hectares tem a área de intervenção?”-----

----- Respondeu a **arquiteta Vera Freire**:-----

----- “São cerca de quarenta e dois hectares.”-----

----- Continuou o **Senhor Presidente**:-----

----- “Quarenta e dois hectares. Qual é dessa área a que está afeta a espaços verdes?”-----

----- Clarificou a **arquiteta Vera Freire**:-----

----- “São setenta por cento.”-----

----- Volveu o **Senhor Presidente**:-----

----- “Setenta por cento. E a habitação pública, dez por cento sensivelmente.”-----

----- Atalhou a **arquiteta Vera Freire**:-----

-----“Dez por cento da totalidade dos fogos previstos.”-----

-----Salientou o **Senhor Presidente:** -----

-----“Cedência de terreno para cerca de dez por cento dos fogos de habitação. -----

-----Eu queria só deixar ainda uma nota, obviamente que há aqui uma questão que nos preocupa, que tem a ver com os acessos à A Cinco, que a Vereadora Susana Duarte referiu. -----

-----Eu quero-vos dizer que o Município não vai desistir dos acessos à A Cinco, aliás, estamos mesmo convencidos que isso se conseguirá após a renegociação do contrato de concessão, estou convencido que, neste momento, a resistência da Brisa decorre justamente das negociações que têm a ver com o contrato de concessão, o problema é em torno do contrato de concessão.- -----

-----Mas devo dizer que há outras medidas mais radicais, até pode acontecer que o Município comece a reivindicar a gratuitidade da A Cinco. Não é nada de mais, porque para Sintra, o IC Dezanove é uma autoestrada e é gratuito, de maneira que, a dada altura, temos que nos questionar por que é que quem vem para Oeiras e Cascais paga portagens e quem vai para Sintra e Amadora não paga, mas isso ficará para segundas núpcias. -----

-----Não iremos desistir da ligação à A Cinco.”-----

-----Interveio o **arquitecto Luís Baptista Fernandes:** -----

-----“Eu queria, em primeiro lugar, recordar que nós estamos a dar execução ao Plano Diretor Municipal que está em vigor e eu gostava que os Senhores Vereadores tivessem noção da complexidade que é os Serviços fazerem um plano desta natureza.-----

-----Quero também aqui expressar que, como Diretor de Departamento, da Divisão onde se está a acompanhar de perto a elaboração deste plano, tenho confiança absoluta nas pessoas que estão a trabalhar e, aliás, até é digno de registo e de salientar o esforço que estão a fazer, sendo que não é nossa prática ocultar coisa nenhuma. -----

-----Existem processos desta natureza com algum grau de complexidade elevado, com



Câmara Municipal  
de Oeiras

tantas entidades, com tantos pontos de concertação, que pode haver nos documentos erros e omissões. Voluntários não há, de certeza. Eu não tenho presente essa prática e não é nossa prática, já trabalho há muito nesta Câmara e não tenho memória de nada que tenha sido ocultado, voluntariamente, sobre coisa nenhuma.-----

----- Admito que possa haver erros, o processo é complexo, tem muitos dados, trabalhávamos antes em papel, agora já não trabalhamos em papel, trabalhamos em digital é fácil incorrer num lapso, mas longe de nós querer ocultar o que quer que seja relativamente a este processo e não me revejo em nenhuma posição de ocultação voluntária de qualquer documento. -

----- Nós trabalhamos como podemos, mas novamente, regra geral é que as coisas estão bem feitas e é assim que devem ser feitas e, portanto, queria chamar a atenção para este facto.----

----- Já agora, sobre a proposta seguinte a Senhora Vereadora fez aqui uma observação sobre o solo rústico e eu estou aqui a dizer que este plano está a dar cumprimento ao PDM, ou seja, estamos a executar o PDM, goste-se ou não se goste, o Plano Diretor Municipal vincula entidades públicas e privadas. Mal seria se a Câmara não estivesse a dar cumprimento ao plano que ela própria aprovou. -----

----- A questão da rusticidade, ou não, destas áreas que nós solicitávamos que fossem clarificadas como urbanas, tem a ver com uma coisa muito simples, estes planos tinham uma conotação de áreas de desenvolvimento estratégico e é óbvio que, se não fizéssemos os planos, elas poderiam, em tese, reverter para rústicos.-----

----- O que a CCDR nos disse, e eu estive presente, foi que isso não tinha problema nenhum, ficavam rústicos agora, porque ficava bem na fotografia, mas ao elaborarem o Plano de Pormenor em cumprimento do Plano, volta a urbano, e achámos isto um perfeito disparate, são interpretações da mesma coisa. -----

----- É certo que lidas numa determinada perspetiva parecem uma coisa, lidas de outra, parecem outra.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Relatório de Ponderação da Discussão Pública do Procedimento de Elaboração do Plano de Pormenor Norte de Caxias, assim como a divulgação destes resultados através da comunicação social, plataforma colaborativa de gestão territorial e “site” do Município. -----

-----Nos termos do número seis, do artigo octogésimo nono, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio.-----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** apresentou a seguinte declaração de voto:

-----“Nós votamos contra porque este relatório de ponderação da discussão pública não está conforme e oculta, ainda que não intencionalmente, mas oculta no relatório que está anexo a esta proposta, a participação da CCDR. -----

-----O Executivo, pelos vistos, não estava habituado a que houvesse rigor na apreciação das propostas e na sua leitura, nomeadamente os anexos. -----

-----Quanto a haver imprensa livre que se interessa por questões de relevante interesse público, ainda bem que existe, infelizmente, não existe em Oeiras, porque ao nível local não temos. Vejo que causa estranheza a um Executivo que está habituado, sim, a pagar por notícias positivas, nomeadamente no “New in Oeiras”, ou no programa de televisão “Falar Global”. Nós não temos essa prática, claro que falamos com a imprensa, é normal, ainda bem que existe imprensa livre, e expomos os assuntos que consideramos de relevante interesse público, nomeadamente esta questão.”-----

-----IV – O **Senhor Presidente** interveio: -----

-----“Eu repito aquilo que disse na reunião anterior, mas é óbvio que a Senhora Vereadora da Coligação Evoluir Oeiras, indicada pelo Bloco de Esquerda, de facto, assume com frequência



Câmara Municipal  
de Oeiras

uma moralidade que não tem, porque, como vimos anteriormente, as notícias do Expresso traduzem, de facto, a vertente populista desta Senhora Vereadora.-----

----- No que toca a rigor, de facto, a Senhora Vereadora é que não está habituada ao rigor, porque se porventura tivesse um mínimo de rigor, não fazia as declarações estapafúrdias que faz.

----- Realmente, fazer oposição, não é a qualquer preço, fazer oposição não é dizer mentiras, porque, na realidade, quem mente com a desfaçatez, como a Senhora Vereadora mente, obviamente que não tem rigor, portanto, sim, não vale a pena fazer essa cara estranha, porque não lhe dou a palavra agora, tenha paciência, não lhe dou a palavra, a partir de agora não tem a palavra.” -- -----

**3 - PROPOSTA Nº. 53/24 - DOT - ENVIO DO PLANO DE PORMENOR NORTE DE CAXIAS PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO E ENVIO À CCDR-LVT DA “ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA REN NA ÁREA DO PPNC” PARA APROVAÇÃO: ----**

----- I - O **Senhor Vereador Nuno Neto** referiu o seguinte:-----

----- “Eu queria acompanhar muita da apreciação que foi feita aqui quanto ao Plano, quer pela Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, quer pela Senhora Vereadora Susana Duarte, fizeram aqui relevar matérias muito importantes quanto à ocupação deste solo e quanto ao plano e quanto ao princípio, importa também saudar o que aqui está presente a esta Câmara. -----

----- O princípio de nestes planos de pormenor fazer salvaguardar área destinada a habitação pública e cumprir o serviço público, é exigir aos promotores e às entidades públicas que apreciam, que pensem naquilo que será o futuro das populações, reservando a área para a habitação pública e, portanto, nessa matéria importa aqui saudar a proposta. -----

----- No mais não resisto a fazer um comentário. -----

----- Eu acredito e é um princípio de vida que estamos aqui todos pelo bem das populações, estamos aqui numa missão que é de serviço público, revolta-me perceber que nem todos estão aqui com o mesmo espírito, quando eu ainda estou numa reunião e já vejo que há

notícias da reunião sobre decisões que ainda não foram tomadas, e há declarações sobre uma reunião que ainda não terminou.-----

-----Eu não me importo nada que façam todas as declarações depois de as decisões serem tomadas, cada um estará a favor ou contra, e a liberdade é um bem a manter por todos, no entanto, quero dizer que eu entendo que estamos numa reunião de Câmara de uma discussão livre e uma discussão nunca é livre quando a opinião está pré formatada e é anunciada antes de sequer de ser aqui transmitida.-----

-----Este, a reunião de Câmara, é o órgão próprio para se poder transmitir todas as opiniões e quando eu vejo que elas já existem fora daqui antes de serem transmitidas no órgão próprio causa-me alguma revolta e não podia deixar de fazer aqui este comentário.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte:-----

-----“Ao abrigo do artigo décimo sétimo - Reações contra ofensas à honra ou consideração.-----

-----O Senhor Presidente já não é a primeira vez que diz que eu minto.-----

-----Ora, eu não minto e não há nenhuma afirmação que eu aqui tenha feito, que seja mentira, ao contrário de afirmações que o Senhor Presidente e o Executivo já aqui têm feito, nomeadamente relativamente ao consenso que teria existido com a CCDR, alcançado com a CCDR, no âmbito do PDM essas sim, afirmações completamente falsas, eu não faço afirmações falsas, portanto, para que fique registado que aquilo que o Senhor Presidente fez há pouco é uma ofensa à minha honra e à minha consideração.”-----

-----O **Senhor Presidente** argumentou o seguinte:-----

-----“A Senhora Vereadora continua a mentir, são mentiras sobrepostas, porque disse hoje várias vezes que estava fora desta proposta o relatório ou informação da CCDR e não é verdade.”

-----Volvendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“E não está.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Dizendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Não é verdade, é mentira.” -----

----- Acrescentando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “O relatório de ponderação não está.” -----

----- Saliendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “É mentira, já foi dito pelos Serviços.” -----

----- Observando a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

----- “Não é mentira.” -----

----- Concluindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Mais ninguém quer intervir, portanto vamos votar.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, enviar à Assembleia Municipal para aprovação, o “Plano de Pormenor Norte de Caxias”. -----

----- Enviar à CCDR-LVT para aprovação, a proposta de “Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional, na área do Plano de Pormenor Norte de Caxias”. -----

----- Nos termos do artigo nonagésimo, número um, artigo nonagésimo segundo, números um e dois, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio. -----

----- Artigo décimo sexto, número três, do Decreto-Lei número cento e vinte e quatro, de dois mil e dezanove, de vinte e oito de agosto. -----

----- III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Consideramos que esta proposta não pode ser aprovada por não estar em condições de ser enviada para a Assembleia Municipal, nem para ser remetida à CCDR-LVT para a aprovação da proposta de alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional na área do

Plano de Pormenor Norte de Caxias.-----

-----O Plano de Pormenor Norte de Caxias parte da premissa de que o solo é urbano, o que não se nos afigura correto.-----

-----Em sede de alteração do Plano Diretor Municipal de Oeiras para a adequação ao novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, não foi alcançado consenso entre a Câmara e a CCDR. -----

-----Sempre estranhámos a ausência de documentação que comprovasse o consenso.-----

-----Requeremos várias vezes o acesso a documentos que o provassem, nunca os enviaram, porque pura e simplesmente não existem. -----

-----Tratando-se de um documento indispensável com valor legal, participámos a situação ao Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território que mandou a IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território fazer uma inspeção. -----

-----Ora, o que para nós é relevante nesse relatório, é precisamente, ficar preto no branco, sem margem para dúvidas que, ao contrário do que o Senhor Presidente da Câmara disse várias vezes, não houve consenso com a CCDR e quando não há consenso a lei prevê que o PDM seja enviado para um membro do Governo competente para ratificação, o quer dizer que o Senhor Presidente faltou à verdade, reiteradamente, e enviou para publicação em Diário da República à margem da lei o novo PDM, quando não havendo consenso, a lei obriga a que seja remetido para ratificação do membro do Governo com competência na matéria. -----

-----Relativamente a este plano de pormenor, a nossa posição é clara, já dissemos várias vezes, consideramos que os pressupostos do plano de pormenor contrariam aqueles definidos pelo novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, na lei, no seu preâmbulo, diz precisamente, a necessidade de conter os perímetros urbanos.-----

-----Estamos perante uma expansão de solo urbano que interfere na coesão territorial, que



Câmara Municipal  
de Oeiras

fomenta mais tráfego automóvel, agrava os problemas do Concelho com a maior compactação de solos, alteração do escoamento pluvial, compressão nos sistemas do saneamento a jusante.-----

----- Assenta num pressuposto, como já disse que não se verifica, o consenso com a CCDR.-----

----- Há falhas técnicas graves no que respeita à desconformidade do modelo de acessibilidades e na permissão de exclusão da REN.-----

----- O relatório ambiental e a avaliação ambiental descaram várias dimensões ambientais em matéria de excesso de tráfego, congestionamento, ruído e do desaparecimento de suporte biofísico capaz de garantir o equilíbrio ambiental, ou seja, estamos perante solos classificados como urbanos, sem justificação técnica ao abrigo da lei, estamos também perante um processo forçado, obrigando a soluções de alteração da REN sem consenso, basta ler o parecer que não estava no relatório de ponderação, a própria Câmara responde às participações dos munícipes sobre perda de REN com um estudo sobre mercado de habitação e de serviços, estamos pois a este nível de argumentação.-----

----- Estamos também perante um processo sem o mínimo de sustentabilidade por mais que se acene com a Certificação LiderA, a mobilidade é cem por cento baseado no carro, tentou-se uma solução de ligação à A Cinco que a meio foi chumbada e agora dependem de uma via rápida, a VLS, que para funcionar vai passar rente à janelas de prédios que foram licenciados pela Câmara e rebentar com o sossego de bairros consolidados.-----

----- Os estudos de mobilidade sustentável são documentos frágeis a propor uma rede ciclável de ligação à estação de Paço de Arcos como se fosse a estação mesmo logo ali, tudo plano e com ciclovias que só são propostas dentro do empreendimento, sem ligação à referida estação, aliás, dito que nem depende dos promotores, mesmo que houvesse ciclovias, certamente não é só a bicicleta que vai resolver a mobilidade naquela zona.-----

----- É mero “Greenwashing”, que felizmente foi proibido no Parlamento Europeu

recentemente e é preciso os promotores passarem a ter mais cuidado com afirmações destas sem sustentação nenhuma.”-----

-----IV - O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

-----“Eu devo dizer que realmente esta intervenção, a Senhora Vereador não gosta que lhe digam que mente, mas a verdade é que ela, de facto, faz afirmações, por exemplo, diz ela que não insulta ninguém, mas diz que o Presidente falta à verdade, portanto, está a chamar-me mentiroso.

-----Falto à verdade, mas nunca me chamou mentiroso, nunca me insultou, pelo contrário, ficou muito ofendida quando digo que está a mentir, mas a verdade é que ela me está sempre a chamar mentiroso a mim.-----

-----É uma falta de respeito extraordinária, realmente há uma coisa que mudou neste Executivo, nunca tive um Vereador que me faltasse ao respeito. Pela primeira vez aconteceu agora com uma Vereadora indicada pelo Bloco de Esquerda.-----

-----É a primeira vez que há um Vereador que falta ao respeito ao Presidente da Câmara. Isso acontece em todas as reuniões, porque em todas as reuniões que se diz que o Presidente da Câmara falta à verdade.-----

-----Falta à verdade quando mandou para publicação no Diário da República, alterado de acordo com aquilo que são os instrumentos de gestão do território e de acordo com a lei.-----

-----A Senhora Vereadora pode não gostar.-----

-----A Senhora Vereadora pode ter um modelo de desenvolvimento económico diferente e é óbvio que tem, agora não pode é estar a contestar todos os documentos que são aprovados, nos termos da lei pela Câmara Municipal, pode não gostar, mas a verdade é que se são aprovados nos termos da lei, democraticamente só tem que aceitar, porque, na verdade é um voto contra e dez votos a favor, é um voto contra dez, pelos vistos é a única que está certa.-----

-----Ora bem, se os planos estratégicos ou se as alterações a esse plano, a transformação de terrenos urbanizáveis em terrenos urbanos, se é a lei que permite que assim aconteça, se nos



Câmara Municipal  
de Oeiras

termos do Plano Diretor Municipal de dois mil e quatro, esses territórios já estavam considerados como áreas de desenvolvimento estratégico, é natural que o Município os reconverta de urbanizáveis, em urbanos, porque passa a haver apenas essas duas classes: urbano e rústico. -----

----- O Município fez as opções que a lei lhe permite, essas opções são legais, porque outra coisa são as opiniões da CCDR, ou da APA, ou de outra instituição qualquer, mas que eu saiba, a CCDR não impugnou o Plano Diretor Municipal, pode ter alguma divergência de opinião, mas não impugnou e podia fazê-lo. -----

----- O Plano Diretor Municipal foi aprovado pelas entidades competentes nos termos da lei e que eu tenha conhecimento ninguém impugnou. -----

----- Agora estar a atribuir a elaboração técnica do Plano Diretor Municipal ao Presidente, naturalmente, que é falacioso, não é o Presidente da Câmara que elabora o Plano Diretor Municipal. -----

----- Vamos lá ver, há o dever de ofício, se a Senhora Vereadora precisar de uma justificação para a sua participação numa reunião de Câmara, o Presidente da Câmara tem que assinar a declaração a dizer que esteve na reunião. Não interessa se eu quero ou não quero, é minha obrigação fazê-lo, portanto, a remessa de editais, seja o que for, é uma obrigação do Presidente da Câmara fazê-lo, mas não é o Presidente da Câmara que faz o Plano Diretor Municipal, eu não tenho a especialidade e as competências que a Senhora Vereadora tem. Eu sou um pobre licenciado em Direito. Eu de Urbanismo e Ordenamento do Território, de alterações climáticas então não tenho nenhum doutoramento, eu não sou especialista, não é por acaso que a Câmara de Oeiras tem dos melhores especialistas em Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, não é por acaso, nós temos bons especialistas aqui, quem faz estas coisas não é o Presidente da Câmara, estávamos bem arrançados se numa Câmara desta dimensão fosse o Presidente da Câmara a fazer a delimitação da REN, da RAN, dos planos. -----

----- A Senhora Vereadora quando fala está a atacar toda uma classe de funcionários desta

casa, quer dizer, o Presidente da Câmara envia o Plano Diretor Municipal e o Presidente da Câmara é que tem que aferir da legalidade ou não? -----

-----Não faltava mais nada.-----

-----Eu não sou especialista nessa matéria, apesar de licenciado em direito, eu não tenho que perceber nada de direito, não é esse o papel do Presidente da Câmara.-----

-----Agora o que a Senhora Vereadora discute é o modelo de desenvolvimento económico e social do Concelho, mas, para isso, é preciso que o Bloco de Esquerda consiga ganhar as eleições, ainda não ganhou e por esse caminho também não chega lá. -----

-----Não é pelo populismo que lá vai, não é através do populismo e é indiscutível, pois ria-se com nervoso, isso é chamado nervoso miudinho, está-se a rir porque não suporta, realmente a Senhora Vereadora não suporta o contraditório, tem uma dificuldade enorme.”-----

-----Interrompendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“O Senhor é que não suporta.-----

-----Já fiz a minha declaração de voto, não tem que a comentar.”-----

~-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Está a ver, até me interrompe e não lhe dei a palavra.-----

-----A Senhora Vereadora vê-se todos os dias ao espelho, o modelo de desenvolvimento económico e social, discorde, está no seu direito, agora não ponha questões de legalidade e dizer que o Presidente da Câmara falta à verdade, quando mandou o documento para a Administração Central ou quando manda um documento para a Assembleia Municipal, não sou eu que faço essas coisas, mal seria se fosse.-----

-----Parabéns aos Serviços, naturalmente que se deve dar os parabéns aos Serviços, o arquiteto Baptista Fernandes falou aqui da complexidade dos planos e é indiscutível que são documentos muito complexos, que exigem muito estudo e muito rigor, indiscutivelmente, até porque são muitos escrutinados e, portanto, não é só quando se apresentam planos de edifícios,



Câmara Municipal  
de Oeiras

de parques, ou planos de habitação, também nesses casos faz todo o sentido dar os parabéns.”----

**4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** -----

----- Às dezasseis horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional. -----

**O Presidente,**

\_\_\_\_\_  
(Isaltino Moraes)

**A Diretora de Departamento,**

\_\_\_\_\_  
(Vera Carvalho)